

## **PERÍODO DE TRANSIÇÃO OU CONTRARREVOLUÇÃO BUROCRÁTICA? CRÍTICA AO LENINISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS**

*Gabriel Teles<sup>1</sup>*

*Aline Ferreira<sup>2</sup>*

Este ano uma das experiências mais marcantes do século XX completa 100 anos. O centenário da Revolução Russa nos convida a refletir sobre o caráter revolucionário do movimento operário e sua possibilidade e tendência em efetivar a Autogestão Social. A experiência russa de 1917<sup>3</sup> nos leva ao coração do seguinte problema: se é certo que a transformação social, isto é, a emancipação humana se dá via emancipação dos trabalhadores, como ela se efetiva?

Muitos foram os autores que pensaram sobre essa questão – baseando-se na realidade concreta ou não, justificando ou ocultando seus interesses de classe ou não. Não cabe aqui fazer uma análise histórica acerca da Revolução Russa; o que queremos evidenciar é que, no bojo desse processo, surgiu uma resposta à nossa indagação. O bolchevismo, na imagem de Lênin, seu grande líder e ideólogo, formulou algumas concepções que trouxeram consequências concretas à dinâmica das lutas de classe na Rússia.

A construção ideológica leninista é a expressão dos interesses de uma determinada classe social: a burocracia. O bolchevismo, sob a égide da concepção ideológica de Lênin, serviu-se como um verdadeiro entrave contrarrevolucionário no interior das lutas de classe da Rússia de 1917. Esta ideologia é, portanto, a expressão dos interesses de classe da burocracia, que busca se autonomizar e se tornar classe dominante. Nesse sentido, em nome do movimento operário, bradando aos quatros cantos que buscava ser a vanguarda dos trabalhadores, esta classe, a partir de seu controle e dominação sobre os trabalhadores, conquistou o poder do Estado e realizou a manutenção da exploração e da dominação capitalista (o que ficou conhecido como capitalismo de estado). O leninismo, enfim, é a expressão ideológica deste processo; aquilo que Marx e

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: teles.gabriel@gmail.com

<sup>2</sup> Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: allinex3@gmail.com

<sup>3</sup> Mas não nos esqueçamos, igualmente, do seu ensaio: a experiência revolucionária da constituição dos soviets (conselhos operários) em 1905.

Engels (2007) chamaram de falsa consciência sistematizada (ideologia). Foi a partir de uma ideologia que se buscou legitimar e justificar um conjunto de ações que cessara a experiência revolucionária do movimento operário russo, bem como de outros locais, posteriormente (Cuba, China, Leste Europeu, etc.).

Um dos elementos mais conhecidos e “célebres” dessa ideologia é a sua tentativa de desenvolvimento do suposto “período de transição”. Para Lênin, como ficará evidente no próximo tópico, a busca pela transformação social passa, necessariamente, por um período de transição. Ou seja, para se chegar ao comunismo é necessário passar pelo que ele chama de “socialismo”, que, de acordo com ele, consistiria em um Estado “operário”, guiado e dirigido pela “vanguarda dos trabalhadores”. Para fundamentar tal tese, ele se apoia nos escritos de Marx, especialmente em *O Manifesto Comunista* (2010), *A Guerra Civil na França* (2009) e *Crítica ao Programa de Gotha* (2012) – ainda que de forma insustentável, devido à nítida diferença de perspectiva entre estes dois autores.

O presente texto busca justamente analisar a questão do “período de transição” leninista, tendo em vista que esta ideologia serviu como tentativa de resposta à questão levantada no início deste tópico, mas visando os interesses da classe burocrática, e não os da proletária. Nesse sentido, desenvolveremos como tal perspectiva é antagônica aos interesses revolucionários, e, por isso, divergente da de Marx e do marxismo em geral. Para tanto, colocaremos como Lênin deformou os escritos de Marx sobre a questão do Estado para justificar os seus interesses de classe, bem como legitimar suas ações no interior da luta de classes russa. A concepção sobre o processo revolucionário no marxismo é radicalmente distinta da leninista. O itinerário do presente texto busca evidenciar essa questão.

Para tanto, apresentaremos, inicialmente, um rápido balanço do pensamento de Lênin e, posteriormente, focalizaremos os seus escritos onde coloca a questão do período de transição (especialmente *Estado e Revolução*, publicado em 1918). Para deixar clara a distinção e antagonismo entre o pensamento de Lenin e o de Marx, apresentaremos a concepção do revolucionário alemão acerca do Estado e do processo revolucionário. Além disso, apresentaremos nossa concepção crítica acerca da concepção leninista, tendo como ponto de partida alguns marxistas, ou autores próximos do marxismo, que já efetivaram críticas à ideia do “período de transição” leninista. Por fim, discutiremos o

significado histórico desse elemento da ideologia leninista, demonstrando seus desdobramentos ao longo da história.

### **O pensamento de Lênin**

Antes de falarmos sobre como Lênin concebia o Estado e o suposto período de transição para o comunismo, o situaremos historicamente, tanto em relação ao contexto social quanto ao debate intelectual.

Vladímir Ilitch Lênin é conhecido como o “grande” líder da Revolução Russa de 1917. No entanto, a Revolução Russa começou a partir da iniciativa dos próprios operários que se associaram (de forma auto-organizada) por meio de conselhos (*soviets*), havendo, posteriormente, a estatização desses conselhos pelo Partido Bolchevique (TRAGTENBERG, 2007; MATTICK, 2016). Como diria Mattick (2016, p. 86), “Lenine não conduziu a revolução, foi a revolução que o conduziu”; e, por isso, a figura de Lênin tal como se concebe comumente é, na verdade, uma *lenda*, uma *ficção*. A sua ideologia foi um dos aspectos essenciais que derrocou a experiência autogestionária do proletariado russo, já que serviu como uma arma intelectual para justificar os interesses burocráticos. Nesse sentido, “os operários [russos] das cidades derrubaram o capitalismo, mas depressa encontraram um novo senhor: o governo bolchevique” (MATTICK, 2016, p. 85). A ideologia que embasou o Partido Bolchevique começou a ser sistematizada a partir dos debates dentro do Partido Social-Democrata Russo, que também estava em diálogo com os partidos europeus.

Lênin desenvolveu a perspectiva de que deveria haver uma revolução para derrocar o capitalismo e, no lugar, construir um Estado “socialista” – período de transição para o comunismo. Tal perspectiva, no entanto, diverge da de Marx, como veremos ao longo deste texto. A “direção” desta revolução seria dada pela vanguarda do proletariado, organizada por um Partido burocrático. Nesse sentido, nega-se a atuação dos próprios trabalhadores e seu desenvolvimento de mecanismos de auto-organização para o embate ao capital<sup>4</sup>. Assim, o comunismo é visto como um “programa”, uma série de “diretrizes” a serem “aplicadas” na realidade, em vez de algo que depende da ação conjunta consciente do proletariado enquanto classe autodeterminada (para si).

---

<sup>4</sup> Sobre o desenvolvimento de luta dos operários e suas formas de auto-organização até o rompimento total com o capitalismo, cf. *A luta operária e os limites do autonomismo* de Karl Jensen (2014).

Na questão do processo revolucionário, o que se enfatiza é o controle do movimento operário a partir da ideia desenvolvida primeiramente por Kautsky, de que a consciência de classe deve ser “introjetada” no proletariado. Assim se justifica a ação burocrata do Partido e nega-se o fato de que a consciência nada mais é do que o ser consciente, como Marx e Engels concebiam (2007). Portanto, o que constatamos é que o leninismo tem muito mais a ver com Kautsky do que com Marx. A ironia disso se dá pelo fato de que, a partir de 1914, Lênin criticará Kautsky e seus seguidores como um dos grandes males a serem combatidos. No entanto, como acabamos de mencionar, a própria ideia de Partido enquanto vanguarda, cuja função é dirigir e *engendrar* a consciência na classe operária, tem como origem os próprios escritos de Kautsky – e Lênin deixa isso explícito em *Que Fazer?* (LÊNIN, 1975). Tal ideia se torna constante em suas obras, como no próprio *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), e é muito útil para justificar a imposição e a consolidação de um poder burocrático e autoritário sob o movimento operário e a totalidade da sociedade russa, construindo um capitalismo de estado na chamada União Soviética.

Kautsky, por sua vez, embasa o seu pensamento sobretudo nas obras de Engels que são posteriores à morte de Marx. Ele desenvolve uma perspectiva cientificista do marxismo, onde a dialética é vista como uma ideologia da evolução e Marx como um cientista no sentido especializado da palavra (análogo ao cientista natural). Desse modo, em vez de tomar o método dialético de Marx como um recurso heurístico para analisar a realidade concreta (KORSCH, 1977), tendo como horizonte uma perspectiva revolucionária que rompa com todas as amarras do modo de produção capitalista que visaria a emancipação humana total; a dialética é reduzida ao estudo da natureza e, por isso, tomada como uma ideologia da evolução. Assim, o marxismo não é entendido como expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, tal como Korsch (1977) o conceituou, e Viana (2008; 2014) desenvolveu, mas sim como uma síntese da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa (KAUTSKY, s/d).

Desse modo, o pensamento kautskista influenciará Lênin de maneira direta. Não por acaso, Lênin toma para si definições muito semelhantes às de Kautsky em relação ao que seria marxismo, dialética e materialismo. Se este escreveu o já citado *As três fontes do marxismo* (KAUTSKY, s/d), Lênin reiterará suas ideias em *As três fontes e as três partes*

constitutivas do marxismo (LÊNIN, 1979). Assim, a dialética é erroneamente compreendida como uma ideologia da evolução; e o materialismo é entendido de forma metafísica e burguesa<sup>5</sup>. Consequentemente, o próprio marxismo é definido de maneira equivocada. Kautsky afirma que o “socialismo científico”, foi criado, por Marx e Engels, “(...) pela fusão de tudo o que o pensamento inglês, o pensamento francês e o pensamento alemão tinham de grande e de fértil” (KAUTSKY, s/d, p. 44). Lênin, “coincidentalmente”, define o marxismo da seguinte maneira:

O *Marxismo* é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral (LÊNIN, 1979, p. 15).

Entretanto, o que Marx fez não foi simplesmente “continuar” e “complementar” o pensamento alemão, francês e inglês – como aponta a visão *evolucionista* de Kautsky e Lênin. Marx utilizou-se do pensamento burguês de forma crítica, superando este pensamento e, assim, expressando uma perspectiva revolucionária que apontava para a transformação total da sociedade. Nesse sentido, o comunismo não seria um “estágio evolutivo” superior, “naturalmente” pressuposto. O que ocorre é que no modo de produção capitalista há uma classe que possui o potencial de intervir nessa realidade no sentido de destruí-la. O marxismo tem o objetivo justamente de expressar essa realidade partindo do pressuposto da emancipação humana total; desenvolvendo-se a partir das experiências concretas do movimento operário. Nesse sentido, a teoria deveria estar ligada a essas manifestações concretas, partindo da perspectiva do proletariado (ou seja, da classe revolucionária da sociedade). No entanto, divergindo dessa perspectiva, “para Lenine, como para Kautsky, a união do movimento operário e do socialismo é a da cabeça e das pernas, do cego e do parálítico” (GUILLAUME, 2017).

Tais deformações do pensamento de Marx não ocorrem por acaso ou por mera incompreensão de Lênin, mas sim por interesses de tomada do poder, por interesses de classe distintos, já que o bolchevismo significou a expressão da classe burocrática radicalizada. Pannekoek (1973), por exemplo, situará historicamente a obra de Lênin *Materialismo e Empirocriticismo* no momento em que havia divergências dentro do Partido

---

<sup>5</sup> Pannekoek (1973), na obra *Lênin, filósofo*, e Korsch (1977), na sua anticrítica ao *Marxismo e Filosofia*, destrinham como o materialismo de Lênin regrediu o materialismo de Marx, tendo muito mais proximidade com o materialismo metafísico burguês.

e era necessário angariar forças para o seu lado, impedindo a divergência de ideias dentro desta instituição. Por isso Lênin tenta, de uma forma deturpada, combater as ideias de Mach dentre os comunistas. Outros autores, como Guillaume (2017), Mattick (2016) e Ruhle (2017) também identificam os interesses de Lênin no sentido de conquistar o poder acima de tudo.

O poder, nada mais que o poder; a isso se reduz, afinal, toda a sabedoria política de Lenine. O facto do caminho escolhido e dos meios utilizados para atingir esse fim determinarem, por seu lado, o modo como esse poder era aplicado, não o preocupava absolutamente nada (MATTICK, 2016, p. 87).

Nesse sentido, concordamos com Jean Barrot (2014) quando afirma que o leninismo é um “subproduto do kautskismo” (BARROT, 2014, p.104), sendo que “Estas concepções [que constituem o leninismo] só puderam se manter finalmente porque a revolução russa fracassou (...)” (BARROT, 2014, p. 108). Levando em consideração tais aspectos, é possível compreender melhor o próximo tópico, que terá como foco a questão do Estado e do período de transição, tomando como ponto de partida a obra *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017 [1917]).

### **O Estado e o período de transição ao comunismo**

Neste tópico faremos uma exposição crítica sobre o livro *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), principal escrito onde Lênin fala especificamente sobre o Estado e o período de transição. Mostraremos como suas afirmações estão em antagonismo com aquilo que Marx defendia – tanto o significado de “revolução”, quanto o de “Estado”. Para isso, nos utilizaremos de vários trechos do livro, a fim de evidenciar o modo como ele constrói seus argumentos.

*O Estado e a revolução* foi escrito em agosto e setembro de 1917, às vésperas da “Revolução” de Outubro (contrarrevolução bolchevique), mas publicado em 1918. Nele, Lênin está em discussão direta com os anarquistas, que defendem a abolição do Estado, bem como Kautsky e seus seguidores, que defendem a tomada do parlamento burguês. Para fundamentar sua posição, Lênin se utiliza de várias passagens de livros e textos tanto de Engels, quanto de Marx – do primeiro, utiliza-se de passagens do *Anti-Duhring* e *Origem da família, da propriedade privada e do estado*; do segundo, principalmente, *Crítica ao Programa de Gotha*, *A Guerra Civil na França* e *O Manifesto Comunista*, dentre outros textos

e cartas. O próprio autor, no início do texto, já nos alerta para tal fato, tendo em vista que ele se utiliza de longas citações. No entanto, é necessário perceber como Lênin parte de pressupostos que não estão de acordo com o pensamento de Marx. Isso pode passar despercebido principalmente por aqueles que não possuem uma leitura mais aprofundada de Marx, já que tudo o que Lênin diz acaba se legitimando pelas longas citações feitas, ou seja, acaba tendo um apelo de “argumento de autoridade”, mas deformando os escritos de Marx. Por isso, a exposição deste tópico não pretende apenas descrever aquilo que Lênin entende sobre o Estado e o “período de transição” ao comunismo, mas também perceber de maneira crítica como ele constrói tais argumentos.

Primeiramente, Lênin trata a questão do Estado. Para tanto, ele retoma sobretudo os escritos de Engels, a fim de rebater tanto os anarquistas quanto os reformistas. Ele admite o fato de que o Estado deixará de existir com o fim das classes sociais. No entanto, tal extinção não se daria “da noite para o dia”, mas ocorreria um “definhamento e morte” do Estado. Assim, ele diz que ao mesmo tempo em que os anarquistas estão errados ao aludir à abolição “imediate” do Estado, os reformistas também estão, já que essa ideia de “definhamento” não possui o sentido de mudanças dentro do parlamento.

Para defender esta ideia em específico, ele se ancora em citações de Engels, mas de modo a impor a sua própria interpretação. Vejamos. Em relação à extinção estatal, Lênin cita o seguinte trecho de Engels:

O proletariado assume o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio se extingue como proletariado, desse modo, ele extingue o Estado enquanto Estado. (...) O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. (...) A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, mas *definha e morre*} (ENGELS *apud* LÊNIN, 2017, p. 38-9, grifos do original).

Aqui, Engels não está falando na criação de um aparato estatal novo, mas sim na extinção do Estado, como ele deixa claro. Por isso ele sequer faz uma distinção entre “Estado burguês” e um suposto “Estado proletário”. No entanto, um pouco mais a frente, Lenin vai afirmar que

De fato, Engels fala aqui de “extinção” do Estado da *burguesia* pela revolução proletária, ao passo que as palavras sobre o “definhamento” se

referem aos resíduos do Estado *proletário*, depois da **revolução socialista**. O Estado burguês, segundo Engels, não “definha”, mas é “extinto” pelo proletariado na revolução. O que definha depois dessa revolução é o Estado proletário, ou semi-Estado (LÊNIN, 2017, p. 40, grifos do autor, negrito nosso).

Lênin tem o intuito de criticar aqueles partidos que tomam a citação do “definhamento” do Estado de forma isolada, o que justificaria reformas paulatinas antes da revolução. Ao fazer tal crítica, defendendo, no lugar, a sua concepção de “revolução violenta”, Lênin parte de pressupostos que *não existem* em Engels e sequer em Marx. Ele inventa afirmações que não existem nesses autores, entrando em própria contradição até mesmo com o seu “argumento de autoridade”.

Como vimos, Engels fala de extinção do Estado, e não da criação de um Estado proletário. Lênin, no entanto, idealiza uma sequência que seria a seguinte: *extinção do Estado burguês pelo proletariado* → *criação de um Estado proletário via “revolução socialista”* → *definhamento deste Estado último*. Ou seja, na verdade, ele distorce Engels apenas para justificar sua perspectiva de “revolução violenta” em detrimento de uma perspectiva “reformista” dentro do parlamento *burguês*<sup>6</sup> (*tal como a social-democracia reivindicava na época*), e só isso. O que fica implícito é que ele também defende as reformas, mas dentro do chamado Estado proletário, e isso garantiria o definhamento do Estado num geral. Assim, seu interesse imediato é claro: a criação de um novo Estado. Isso era o que importava.

Outro elemento que devemos nos atentar é quando ele fala em “revolução socialista” na última citação que reproduzimos aqui. O que Lênin entendia por socialismo é radicalmente diferente daquilo que Marx e Engels entendiam pelo processo revolucionário. Quando o primeiro fala em “socialismo” ele está partindo do que *ele próprio* entende de socialismo. Como veremos à frente, ele defende que o socialismo seria um estágio de transição ao comunismo. Essa defesa é de Lênin, discordando das próprias

---

<sup>6</sup> Sobre o parlamento Lênin cai em sucessivas contradições. Sylvia Pankhurst (2017 [1920]), por exemplo, a partir de sua participação no Congresso de Kremlin em 1920, nos relata o esforço de Lênin em insistir que os partidos europeus comunistas se unifiquem aos partidos reformistas, justificando tal ação como forma “tática”. Sobre isso, Pankhurst (2017) afirma: “Ele [Lênin] não teme que o comunismo seja postergado ou abafado pela chegada dos reformistas ao poder”. Quem identifica essa importância do parlamentarismo no pensamento de Lênin é também Wagner (2017 [1933]) apontando a “subordinação absoluta dos meios aos fins” em Lênin.

concepções de Marx e Engels, que não pressupunham a criação de uma nova sociedade com tal nome antes do comunismo.

Nesse sentido, a citação que fizemos aqui mostra claramente que Lênin possui uma interpretação de Engels a partir de pressupostos que ele próprio inventou, e que não estão contidos no modo de pensar original dos dois revolucionários alemães. Ou seja, ele não desenvolve e aprofunda a teoria do Estado de Engels e Marx, como alguns poderiam colocar como “mérito” desta obra, mas atribui significados e deforma esses autores em suas obras originais. Ele não distingue as ideias dele próprio daquilo que Engels e Marx defendiam.

Outra questão que há uma atribuição de significado próprio, distanciando-se da perspectiva de Marx e Engels, é em relação à interpretação do termo “ditadura do proletariado”<sup>7</sup>. Lênin supervaloriza a ditadura do proletariado, entendendo-a como um período longo de transição. Aliás, para ele, a revolução consistia na implantação do que ele entende por “ditadura do proletariado”, e somente isso. Isso demonstra o seu grande interesse na defesa de um suposto Estado “proletário”. Essa ênfase descabida é explícita nos seguintes trechos.

O principal na doutrina de Marx é a luta de classes. É o que se diz e se escreve muito frequentemente. Mas é incorreto. E dessa incorreção muitas vezes resulta uma deturpação oportunista do marxismo, sua falsificação num espírito aceitável para a burguesia. Isso porque a doutrina da luta de classes foi criada *não* por Marx, *mas* pela burguesia *antes* de Marx, e, falando de modo geral, é *aceitável* para a burguesia. Quem reconhece *apenas* a luta de classes ainda não é marxista, pode estar restrito aos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa restringir o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que *expande* o reconhecimento da luta de classes até o reconhecimento da *ditadura do proletariado* (LENIN, p. 56-7, 2017, grifos do autor).

Mais à frente ele afirma:

O oportunismo *não estende* o reconhecimento da luta de classes exatamente ao mais essencial, ao período de *transição* do capitalismo para o comunismo, ao período da derrubada da burguesia e de sua completa *extinção* (LENIN, p. 57, 2017, grifos do autor).

---

<sup>7</sup> Em relação ao termo “ditadura” é preciso enfatizar que ele não possui o sentido de “antidemocrático” como o concebemos a partir do século XX. Como Adam (2015, p. 83) aponta, tal termo é originário do latim e “se refere a uma gestão emergencial do poder”. Além disso, o termo *ditadura do proletariado* “se originou com Auguste Blanqui e seus seguidores. Marx o utilizava na discussão, mas criticando uma noção *putchista* da revolução social, uma noção da qual Lênin se aproximava perigosamente” (WRIGHT, 2015, p. 181).

É óbvio que devemos ir além da luta de classes, mas no sentido de perceber o proletariado como uma classe revolucionária que tem o potencial de transformação total da sociedade – isso sim seria ir além dos pensadores burgueses, e não enfatizar a ditadura do proletariado como o elemento *mais essencial* do marxismo. O *fundamental* no marxismo é perceber que existe uma classe revolucionária que pode romper com o modo de produção capitalista, e, assim, emancipar toda a humanidade. Por isso deve-se partir da perspectiva desta classe, indo além da mera constatação de que a luta de classes existe. Nesse sentido, um marxista autêntico deve enfatizar e contribuir com a possibilidade e tendência da transformação total da sociedade, e não simplesmente a ditadura do proletariado, que, na perspectiva de Marx, seria apenas *um* dos momentos dentro do *processo revolucionário*, visando a extinção das classes sociais e, conseqüentemente, do Estado.

Além disso, tais trechos provam também como a perspectiva de Lênin é idealista, isto é, parte do mundo das ideias, e não da realidade concreta. Isso porque ele identifica a luta de classes como um produto da mente de determinados autores, e não uma expressão de determinado fenômeno que existe realmente. O fenômeno da luta de classes sempre existiu na realidade (a partir da primeira sociedade classista); a questão é que somente a partir de um determinado período histórico definiu-se esse fenômeno desta maneira, e quem o fez foram autores burgueses, percebendo-a de forma ideológica, ou seja, falsamente. O que Marx evidenciará é a análise concreta e real dessas lutas de classes, expressando uma perspectiva revolucionária que não naturaliza a luta de classes, mas vê potencialidade de transformação social em uma classe – a proletária, no caso do modo de produção capitalista.

Lênin, mais adiante, coloca a necessidade da construção de um Estado “proletário”, e *impõe* a ideia de que o socialismo seria uma sociedade transitória ao comunismo, o que não está presente no pensamento de Marx. Para desenvolver essa ideia de “socialismo” como sociedade transitória, ele defende que a ditadura do proletariado seria um tipo *específico e novo* de Estado, necessitando construí-lo. Ele *impõe* essa visão ao leitor, substituindo os termos como se fossem sinônimos (*Estado proletário* → *ditadura do proletariado*).

Na realidade, esse período [da ditadura do proletariado] é, inevitavelmente, de encarniçada e sem precedentes luta de classes, sem

precedentes na agudeza de suas formas; conseqüentemente, o Estado desse período deve necessariamente ser um Estado democrático *de uma maneira nova* (para proletários e despossuídos em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia) (...) A transição do capitalismo para o comunismo, está claro, não pode deixar de dar enorme profusão e variedade de formas políticas, mas sua essência será inevitavelmente uma só: *a ditadura do proletariado* (LENIN, 2017, p.58, grifos do autor).

Essa questão sobre a ditadura do proletariado é mais desenvolvida no capítulo 3, momento em que Lênin fala sobre a Comuna de Paris (1871). O título do capítulo é exatamente este: “O Estado e a revolução. A experiência da Comuna de Paris de 1871. A análise de Marx” (LENIN, 2017). No entanto, o que vemos neste capítulo *não é* exatamente a análise de Marx sobre a Comuna, mas sim a interpretação equivocada e deformada de Lênin sobre alguns aspectos deste acontecimento histórico. Aqui, ele parte de sua própria interpretação sobre a Comuna de Paris e a impõe sob a interpretação de Marx.

É importante explicitarmos isto, pois os escritos sobre a guerra civil na França de Marx – o que inclui a análise da Comuna – são de extrema importância para entendermos o avanço de seu pensamento; isto é, como ele avançou em determinadas questões a partir da experiência concreta do movimento operário. Um desses avanços se dá justamente com a questão do Estado, que, a partir de então, passa a ser visto como algo que deve ser, inevitavelmente, extinto/destruído pelo proletariado, não tomado por ele. Lênin, no entanto, interpreta essa extinção, como *extinção do Estado burguês*, tendo de ser construído um novo aparato estatal<sup>8</sup>. Isso porque a sua interpretação da Comuna de Paris possui uma visão extremamente estatista do processo. Ele vê, nesse fato histórico, a *permanência* de instituições intrinsecamente burguesas, mas que seriam “preenchidas” por operários (não por uma “minoridade privilegiada”), em vez de uma *associação* da classe operária, isto é, de um autogoverno dos produtores – como Marx concebia a Comuna (MARX, 2011) –, *antagônico* às instituições de representatividade burguesas. Ele atribui tal interpretação como se fosse também a interpretação de Marx. E, desse modo, fica fácil e “convicente” (para quem lê apenas Lênin) dizer que Marx defendia um Estado novo como forma de transição ao comunismo.

Desse modo, a Comuna substitui aparentemente a máquina de Estado quebrada “apenas” por uma democracia mais completa: a extinção do

---

<sup>8</sup> Ou seja, Lênin possuía uma visão instrumentalista do Estado, como se este fosse uma “coisa”, e não uma relação social, que qualquer classe poderia se apoderar. Para uma crítica mais aprofundada sobre esta visão mecanicista e fetichista de Lênin sobre o Estado, cf. *Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin* (WRIGHT, 2015).

exército permanente, plenas elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Mas, na realidade, este “apenas” significa a substituição gigantesca de algumas instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui se observa exatamente um dos casos de “transformação da quantidade em qualidade”: a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, em Estado (= força especial para a repressão de determinada classe) em uma coisa que já não é, para falar propriamente, Estado. (...) É nesse sentido que o Estado *começa a definir*. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar isso de forma direta, e, quanto mais a própria realização das funções do poder de Estado se tornar de todo o povo, menos necessário se torna esse poder (LENIN, 2017, p. 66, grifos do autor).

Ainda sobre a Comuna, ele afirma:

A Comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para deputados, *não existe aqui*. Não podemos conceber uma democracia, nem mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e *devemos* concebê-la sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é para nós palavras vazias, se a aspiração a derrubar a dominação burguesa é nossa aspiração séria e sincera, não uma frase “eleitoral” destinada a captar os votos dos operários, como para os mencheviques e os SRs [Socialistas Revolucionários], como para os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde (LÊNIN, 2017, p. 71, grifos do autor).

Assim, Lênin entende que o parlamento é composto por instituições representativas que possuem uma divisão interna de poderes, cujos ocupantes possuem uma “situação privilegiada”, formando um “sistema especial”. Por isso, a saída seria tirar esses privilégios, o que descaracterizaria o parlamentarismo, permanecendo as instituições representativas. A diferença é que quem as ocupariam seriam os trabalhadores. Marx, por outro lado, enfatiza os mecanismos de decisão construídos pelos próprios operários, de modo diferente da sociedade capitalista, enfatizando a negação ao parlamentarismo.

O interessante é que isso pode ser percebido pelas próprias citações que Lênin faz de Marx. Nos tópicos 2 (“Pelo que substituir a máquina quebrada do Estado?”) e 3 (“A extinção do parlamentarismo”), do capítulo 3 (já mencionado), Lênin (2017, p. 65 e 68) faz citações onde Marx fala sobre os mandatos revogáveis de conselheiros municipais proletários, ou representantes destes, bastante diferente dos burocratas estatais (nas

palavras de Marx: “altos dignitários do Estado”). Reproduzimos aqui de forma integral a citação de Marx, sem ser da forma fragmentada (como faz Lênin durante o capítulo 3):

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. *Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna* (MARX, 2011, p. 56-7, grifos nossos).

Ou seja, os proletários não são “colocados” dentro de uma instituição de representatividade (já existente no contexto da sociedade burguesa), mesmo sem o parlamento (se é que isso seria possível), mas sim há a emergência de algo novo: o *autogoverno dos produtores*: “Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao *autogoverno dos produtores*” (MARX, 2011, p. 57, grifos nossos). Desse modo, estamos lidando com uma forma de auto-organização, que, intrinsecamente, é antiburocrática, já que é um *autogoverno* com conselheiros revogáveis, não um governo dirigido por “altos dignitários do Estado” (isto é, setores da classe burocrática). Diante disso, a seguinte afirmação de Lênin não faz o menor sentido se seguirmos a perspectiva de Marx:

Não se trata de extinguir de uma só vez, por toda parte, até ao fim, o funcionalismo. Isso é utopia. Mas *destruir* de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, *não é utopia* – é a experiência da Comuna, é a tarefa imediata, direta, do proletariado revolucionário (LENIN, 2017, p. 72, grifos do autor).

Lênin, assim como os kautskistas que ele busca combater, também defende uma mudança de forma gradual, mas no Estado novo, “proletário”, depois da “revolução socialista”. Esse “socialismo” preconizado por Lênin possui a seguinte “fórmula econômica”:

Um espirituoso social-democrata alemão dos anos 70 do século passado [XIX] chamou o *correio* de modelo de empresa socialista. Muito justo. O correio é hoje uma economia organizada segundo o tipo do monopólio *capitalista* de Estado. (...) Derrubar os capitalistas, destruir a resistência desses exploradores com a mão de ferro dos trabalhadores armados e demolir a máquina burocrática do Estado contemporâneo – com isso, temos diante de nós um mecanismo de elevado equipamento técnico livre do “parasita”, que os próprios trabalhadores unidos podem perfeitamente colocar em funcionamento contratando técnicos, administradores, pagando o trabalho de *todos* eles, assim como o de *todos* os funcionários do “Estado” em geral com um salário de operário. Essa é a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a *todos* os trustes e que liberta os trabalhadores da exploração, considerando a experiência já começada na prática (especialmente no domínio da construção do Estado) pela Comuna. *Toda* a economia nacional organizada como o correio, de forma que os técnicos e administradores, assim como *todos* os funcionários públicos, recebam um vencimento que não exceda um “salário de operário”, sob o controle e a direção do proletariado armado – esse é nosso objetivo imediato. É desse Estado, é dessa base econômica que precisamos. É isso que trará a extinção do parlamentarismo e manutenção das instituições representativas, é isso que libertará as classes trabalhadoras da prostituição dessas instituições pela burguesia (LENIN, 2017, p. 73-4, grifos do autor).

Lênin, desse modo, cria uma fantasia sobre a “libertação” do proletariado, digna de desprezo se partirmos de uma perspectiva que almeja a transformação social e emancipação humana via emancipação proletária. Infelizmente não é uma piada quando ele diz que é o *modelo do correio*, generalizado por toda a sociedade, que irá *libertar* os trabalhadores. Evidentemente a concepção de liberdade leninista é bastante limitada, sendo mais ligada ao controle do que à emancipação ou libertação, como preconizava Marx. O caráter alienante e fetichizante do trabalho no modo de produção capitalista (e que continuaria no “socialismo”) sequer são mencionados – mesmo porque isso iria de total desencontro com sua perspectiva de liberdade.

O problema fica ainda mais grave quando se tenta impor essa perspectiva específica de “socialismo” dentro das obras de Marx. Como já mencionado, Lênin possuía uma visão evolucionista do marxismo. A partir desta visão, ele fundamenta as suas ideias, sobretudo a ideologia do socialismo. Em *O Estado e a revolução*, a ideia de “socialismo” como um Estado de transição aparece como se fosse uma criação de Marx, utilizando passagens do texto *Crítica ao Programa de Gotha*. Nele, Marx fala sobre a primeira e a segunda fase do comunismo.

O que Marx compreende por essas duas fases é radicalmente distinto do que Lênin coloca. A primeira fase, em Marx, significa uma fase do processo revolucionário (comunista) marcado pela ditadura do proletariado, já com a dissolução das classes sociais, do dinheiro, etc. Não é uma transição, mas já o processo revolucionário em curso, o comunismo sendo parido das entranhas do capitalismo<sup>9</sup>. Assim sendo, apesar de Marx não ter feito muitas indicações sobre como seria essa fase<sup>10</sup>, ele coloca alguns elementos dela: o sistema de bônus como forma de retribuição do trabalhador, o domínio do movimento operário auto-organizado reprimindo os resquícios das relações de classe, fim da propriedade privada, autogoverno dos produtores, etc:

Marx concebia o proletariado como a maioria da população e que seria apoiado por outras classes e setores da sociedade, e por isso a ditadura do proletariado tem como papel de realizar a repressão sobre as classes sociais conservadoras do capitalismo em processo de extinção. Nesse momento, a associação operária se torna associação de produtores, forma de realização da autogestão social ou "livre associação dos produtores" (VIANA, 2016, p. 447).

A segunda fase do comunismo, ou a sua fase superior, significa a realização plena e total do comunismo, ou seja, não haveria mais nenhum resquício das velhas relações de classe e a sociedade estaria estruturada em bases igualitárias:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!" (MARX, 2012, p. 32).

No entanto, Lenin distorce o que de fato seria a "primeira fase" – um momento de "reorganização" da sociedade, e não a criação de um novo Estado – afirmando o seguinte:

---

<sup>9</sup> "Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu" (MARX, 2012, p. 29).

<sup>10</sup> Isso decorre de sua coerência com o materialismo histórico e o método dialético, ou seja, é a realidade concreta que mostrará a efetivação da transformação social. É nesse sentido que Marx reviu a questão da estatização que havia colocado no *Manifesto Comunista* após a experiência do movimento operário com a Comuna de Paris.

Mas a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. Ao que se costuma chamar de socialismo, Marx chamou de a “primeira” fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode-se aplicar a palavra “comunismo”, contanto que não se esqueça de que esse *não* é um comunismo completo. O grande mérito da exposição de Marx é também continuar fiel à dialética materialista e à teoria da evolução, considerando o comunismo algo que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento (LÊNIN, 2017, p. 123, grifos do autor).

Principalmente aqui, fica evidente como a concepção de revolução defendida por Marx é diferente da de Lênin. Para este, como já explicitado em diversas passagens citadas neste texto, a revolução consistiria na construção de uma nova máquina estatal burocrática, dirigida pela vanguarda que “conduziria” todo o “povo”. A partir disso, haveria a construção do socialismo, comandado por “empregados assalariados do Estado”, e o comunismo surgiria quando houvesse o definhamento total do Estado socialista a partir da própria política socialista.

Já em Marx a revolução pressupõe a transformação total do modo de produção capitalista, em prol de uma sociedade emancipada, onde os seres humanos pudessem desenvolver todas as suas potencialidades. O trabalho não seria mais alienado, mas sim de objetivação humana – a *práxis*. A revolução, nesse sentido, possui um sentido radical, sendo que “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013, p. 157). Essa transformação total é evidenciada já na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (MARX, 2013), mas que também é evidente n’*O Manifesto Comunista* (MARX, 2010).

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução *parcial*, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução *parcial*, *meramente* política? No fato de que uma *parte da sociedade civil* se emancipa e alcança o domínio universal; que uma determinada classe, a partir de sua *situação particular* realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e cultura (MARX, 2013, p. 160, grifos do autor).

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã?

Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano,

que não se encontre numa posição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2013, p. 162, grifos do autor).

A revolução preconizada por Lênin não toma as coisas pela raiz, já que pressupõe que determinados elementos do capitalismo continuarão presentes (cargos institucionais burgueses de representatividade, mas sem o parlamento; modelo econômico dos correios, etc., como vimos). Além disso, ela também não possui uma perspectiva de mudança da totalidade. O que se enfatiza é uma suposta transição onde o proletariado se tornaria a classe dominante – ditadura do proletariado; deixando de lado o essencial – a emancipação humana, com a abolição das classes sociais e do Estado – que foi “resolvido” por Lênin com a justificativa do “definimento” estatal dentro do Estado “proletário”. Assim, Wright (2015, p. 182) afirmará que “Lênin não compreendeu a discussão de Marx sobre o trabalho alienado e o fetichismo”<sup>11</sup>.

Por isso David Adam (2015) pontuará que a perspectiva de Lênin tem muito mais a ver com a concepção blanquista de “ditadura do proletariado” do que com a concepção de Marx.

O uso por Marx da palavra “ditadura” na frase “ditadura do proletariado”, contudo, é original e deliberadamente distinta do uso por Blanqui. Engels enfatizou este ponto em uma passagem sobre Blanqui: “Do fato de que Blanqui concebe toda revolução como o *coup de main* de uma pequena minoria revolucionária, o que se segue por si mesmo é a necessidade da ditadura depois do seu sucesso – a ditadura, por favor notem, não da classe revolucionária inteira, o proletariado, mas do pequeno número daqueles que deram o *coup de main* e que estão eles próprios organizados de antemão sob a ditadura de uma pessoa ou de algumas poucas. Pode-se ver que Blanqui é um revolucionário da geração anterior”. É claro que o modelo leninista de uma seita ou partido político em particular exercendo o poder político é muito mais próximo da concepção blanquista de “ditadura” do que a de Marx e Engels explicitamente criticou esta concepção de como o poder político poderia ser exercido. É também claro que o modelo de Blanqui do domínio por um pequeno grupo de revolucionários tem mais em comum com as fantasias populares sobre Marx do que a ditadura de Marx de toda a classe proletária (ADAM, 2015, p. 13).

---

<sup>11</sup> Como já foi explicitado, Lênin não está distante apenas a essa questão de Marx, mas à teoria e ao método dialético em sua totalidade. E isso não se trata apenas de (falta de) compreensão, mas sim de perspectiva e interesses de classe.

Assim, o que vemos aqui, a partir desta breve análise de *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), é que tal autor possui uma perspectiva diferente sobre o que seria a revolução, em relação à concepção de Marx. A visão de Lênin é estatizante, cujo objetivo é tomar o controle e poder do Estado, colocando o partido como dirigente da sociedade como um todo. Isso se deve muito à própria divergência de perspectiva metodológica. Como pontuamos na apresentação sobre as ideias de Lênin, este autor possui uma visão mecanicista e metafísica do materialismo histórico dialético, derivada de Kautsky. Isso faz com que ele trate o Estado como uma coisa, isto é, de maneira fetichizada, com uma atitude funcionalista. Sendo que, na realidade, Marx entendia o Estado como uma relação social (WRIGHT, 2015). Essas ideias, quando aplicadas, obviamente, não libertaram os operários russos; pelo contrário: os controlaram com a ilusão de que aquilo configuraria algum tipo de liberdade, destruindo a experiência real de auto-organização dos trabalhadores. “Se o objetivo é a autoemancipação do trabalho os meios têm de ser ‘prefigurativos’, pois estes são os únicos que funcionarão” (ADAM, 2015, p. 87). Por isso, é imprescindível dar ênfase à auto-organização da classe operária, cujo autogoverno, realizado na Comuna de Paris, pode servir como exemplo; mas não a “experiência” de tomada bolchevique do poder, que transformou a Rússia e adjacências em um capitalismo estatal, longe de libertar os trabalhadores. Nesse sentido, o bolchevismo nada mais é do que “um dos mais perigosos obstáculos” para o proletariado revolucionário internacional (WAGNER, 2017 [1933]).

### **A ideologia do período de transição pós Lênin**

A história é contada pelos vencedores. Após a sucedida contrarrevolução burocrática na Rússia, bem como a hegemonia bolchevique no interior das disputas políticas, a compreensão do marxismo enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado é ofuscada e deformada. O leninismo torna-se sinônimo de marxismo, ou, para outros, como um autêntico continuador das ideias e práticas revolucionárias de Marx (o que ficou conhecido como “marxismo-leninismo”). Após o golpe de Estado em outubro de 1917, os bolcheviques, ao tomar o poder, começam a esvaziar as associações criadas pelos próprios operários (soviets ou “conselhos operários”), buscando controlá-los e colocá-lo sob o seu domínio burocrático:

[...] entre Março e Outubro, os bolcheviques apoiaram o desenvolvimento dos Comitês de Fábricas, mas foi para se voltarem violentamente contra eles nas últimas semanas de 1917, tentando integrá-los em novas estruturas sindicais, o que era o melhor meio de castrá-los. Esse processo devia desempenhar um papel importante, impedindo a luta crescente contra as relações de produção capitalistas de alcançar o seu objetivo. De fato, os bolcheviques canalizaram as energias libertadas entre Março e Outubro para um ataque bem sucedido contra o poder político da burguesia (e contra as relações de propriedade nas quais estava baseado). A esse nível, a revolução foi “vitoriosa”. Mas os bolcheviques foram também “vitoriosos” ao restaurar “a lei e a ordem” na indústria – lei e ordem que reconsolidavam as relações autoritárias de produção, que durante um breve período tinham sido seriamente abaladas (BRINTON, 2014, p. 153).

Com a consolidação do domínio bolchevique, começa igualmente o domínio da ideologia que a justifica e legitima: o leninismo. No entanto, esse processo não fica limitado à região soviética. A ideologia leninista, bem como sua prática, é irradiada para o mundo todo. O marco histórico disso é o Congresso da III Internacional Comunista em 1919. Nele, Lênin, defende que todos os partidos comunistas deveriam seguir as diretrizes do comitê central soviético, o que foi acatado pela grande maioria dos congressistas, animados pela “vitoriosa” revolução russa.

No entanto, houve resistência e protesto por parte daqueles que já estavam desconfiados do caráter burocrático dos bolcheviques e em especial de Lênin. Herman Gorter, um dos representantes dos comunistas de conselhos, critica o posicionamento de Lênin, apesar de ainda se limitar a questões táticas:

Companheiro Lênin, você quer nos obrigar, a nós da Europa Ocidental, que estamos sem aliados frente a um capitalismo absolutamente poderoso, extremamente organizado (organizado em todos os setores e em todos os sentidos), fortemente armado (e exatamente por isso precisamos das melhores e das mais poderosas armas), você quer nos obrigar a usar armas ruins. Você quer impor estes miseráveis sindicatos a nós que queremos organizar a revolução nas fábricas e de acordo com as fábricas. A revolução no Ocidente só pode ser organizada na base da fábrica e das fábricas. Isto acontecerá porque é nas fábricas que o capitalismo está altamente organizado em todos os sentidos (...). E isto não é tudo! A Executiva de Moscou, os dirigentes russos de uma revolução que só venceu porque teve o apoio de um exército de milhões de camponeses pobres, querem impor sua tática ao proletariado da Europa Ocidental que está e deve estar só. E, para atingir este objetivo, destroem, como você, a melhor corrente da Europa Ocidental! Que besteira incrível, e, sobretudo, que dialética! (GORTER, 1981, p. 40-42).

Outro indivíduo que tece críticas a Lênin, no calor do momento, é o político e artista (um dos expoentes do expressionismo) Franz Pfemfert:

Lenine pensa, com efeito, que é uma tolice. Na obra que acaba de lançar contra o proletariado revolucionário, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Lenine pensa que a Terceira Internacional deve regular-se pelos estatutos do Partido Comunista Russo (Bolchevique) e que o proletariado revolucionário de todos os países deve submeter-se à autoridade da “Terceira Internacional” e, portanto, às táticas dos Bolcheviques. Os Bolcheviques deveriam determinar as armas que o proletariado combatente do resto do mundo deve utilizar. E só aqueles proletários que obedecem incondicionalmente serão escolhidos para pertencer a esta associação mundial. Nos Princípios do Segundo Congresso da Terceira Internacional, Lenine formulou este postulado de um modo ainda mais claro: não só deu instruções gerais, mas também todos os detalhes de tática, de organização, e inclusive prescreveu o nome que deveriam assumir os partidos em todos os países. E para rematar: “Todas as decisões dos congressos da Internacional Comunista, assim como de seu Comitê Executivo, são vinculativas a todos os partidos filiados à Internacional Comunista.” (PFEMFERT, 2017).

A consolidação e desenvolvimento dos direcionamentos da III Internacional, dominado pelo Partido Bolchevique Russo, significou o que ficou conhecido como a bolchevização dos partidos comunistas no mundo. Esse processo marca, enfim, a hegemonia leninista, bem como a “socialização” da deformação do marxismo autêntico para outras localidades do mundo. Os desdobramentos desta questão são impressionantes.

O primeiro elemento destes desdobramentos é que, devido à falta de informações, um expressivo número de militantes políticos, desde anarquistas a marxistas, se entusiasma com a revolução russa e foram a reboque dos interesses burocráticos bolchevique. E isso contribuiu para aumentar ainda mais sua influência, isenta de críticas ou tornando-as marginais e pouco conhecidas.

O segundo elemento refere-se à satelitização dos partidos comunistas via Moscou. Todos os partidos comunistas começaram a, sistematicamente, seguir as diretrizes e reproduzir as ordens que vinham do comitê central da URSS. Isto significou, igualmente, a reprodução das ideologias legitimadoras da prática burocrática soviética no mundo. Não apenas na Rússia, mas em todo o planeta, o leninismo tornou-se sinônimo de marxismo; a partir disso, generalizam-se as deformações dos escritos de Marx e de outros marxistas. Pela falta de leitura de Marx, este foi colocado como o grande autor da ideia do período de transição socialista para o comunismo (o que já deixamos claro que foi algo construído por Lênin); a dialética marxista, que deveria estar ancorada à realidade

concreta, tornou-se uma ciência fundamentada em Engels, Lênin e Stálin; entre outras diversas aberrações políticas e teóricas.

O terceiro elemento é a luta cultural empreendida pela burocracia soviética ao longo de sua existência. Lênin tornou-se um dos autores mais traduzidos do mundo a partir das Edições Progresso (DEL ROIO, 2017)<sup>12</sup>, espalhando sua ideologia para todos os continentes e alcançando grande parte das principais línguas faladas no planeta. A política cultural soviética assentava-se em manuais simplórios e vulgares do que já era vulgar. Os cursos de doutrinação e “formação” dos partidos ligados a Moscou buscavam oferecer tão-somente manuais que simplificavam e deformavam a concepção marxista de revolução, criando uma cultura de não leitura e incompreensão do próprio pensamento marxista. O próprio Lênin, um vulgarizador do pensamento revolucionário, é vulgarizado. Eis a miséria leninista posta ao longo do seu desenvolvimento.

O Brasil não escapa desse processo. Fundamentalmente a leitura “marxista” que se tinha no Brasil, a partir de 1922 (época da fundação do Partido Comunista Brasileiro), era o que chegava e fosse permitido pela União Soviética:

Do lado dos adeptos e propagandistas do marxismo, o crescimento da influência política não se fazia acompanhar automaticamente de um aprofundamento no conhecimento do pensamento de Marx. O autor d’*O capital* aparecia misturado e, de certo modo, subordinado a Lênin e a Stalin. Enquadravam-no no papel honroso mas limitado de profeta do ‘marxismo-leninismo’, uma doutrina codificada posta pragmaticamente a serviço das exigências do estalinismo. [...] Na realidade, a discussão sobre as ideias de Marx tinha ficado atrelada, de forma empobrecedora, à discussão sobre a evolução da experiência soviética, sobre a importância universal do Estado Soviético (KONDER, 2009, p. 37).

O primeiro texto de Marx traduzido para o português, *O Manifesto Comunista*, data de 1924, 76 anos depois de sua publicação por Marx e Engels na Europa. *O Capital* somente será traduzido mais de um século depois (pela editora Civilização Brasileira) (KONDER, 2009). O vácuo dessa lacuna era preenchido pelo pseudomarxismo de Lênin e seus intérpretes soviéticos.

---

<sup>12</sup> “Até os anos 80 do século XX, Lênin foi o autor mais traduzido do mundo, graças à iniciativa de divulgação da União Soviética, por meio das Edições Progresso, e também por ser a mais importante referência do movimento comunista. Karl Marx, por suposto, sempre foi referido, mas menos lido, por conta das dificuldades presentes em seus escritos, e publicado de maneira menos sistemática” (DEL ROIO, 2017, p. 13).

Todo esse processo reforçará, falsamente, a ideia de que, no processo revolucionário, será necessário um período de transição chamado “socialismo” e que isso estaria vinculado a uma concepção marxista.

De modo geral, ao longo do desenvolvimento histórico do moribundo leninismo, a ideia do período de transição não irá sofrer grandes desdobramentos ou aprofundamentos.

Em nível internacional, podemos citar rapidamente a tentativa de István Mészáros (2002) em “atualizar” o leninismo, adquirindo a denominação, por parte de alguns autores, de “neoleninista” (LOPES, 2008), devido à incorporação de outras ideologias no interior deste pensamento. Mészáros coloca que o fundamental, a propósito do período de transição, é a superação do tripé capital-trabalho-Estado (MÉSZÁROS, 2004). No entanto, o Estado, no processo revolucionário à “transição ao socialismo”, torna-se não só importante, mas necessário, posto que a alienação (*Enfremdung*) ainda perdura na sociedade (NAKAMURA, 2009). Citemo-lo para deixar claro sua posição ante o papel do Estado no processo revolucionário:

Ao mesmo tempo, para completar o novo círculo vicioso entre a sociedade civil pós revolucionária e seu Estado, este último não é meramente a manifestação da continuação da divisão social do trabalho, mas também o apogeu hierárquico do seu sistema de tomada de decisões. Por este motivo, tem grande interesse em manter, indefinidamente, o controle mais firme possível sobre todo o processo de transformação em andamento e, portanto, estimulando em vez de destruir a divisão social estabelecida do trabalho, da qual o próprio Estado pós-revolucionário - em virtude de seu papel estratégico - constitui a dimensão mais privilegiada. Aqui, podemos novamente observar que a controvertida questão dos “privilégios burocráticos” não é simplesmente um problema do pessoal envolvido, mas, acima de tudo, da conservação pelo Estado de funções “objetivamente privilegiadas” - isto é, estrategicamente vitais - no metabolismo social geral (MÉSZÁROS, 2004, p. 355).

Aqui fica claro não só a sua defesa do Estado, mas também dos privilégios da classe burocrática no período de transição (o que para nós significa a ampliação do domínio burocrático e a instauração de um capitalismo de estado). Nesse sentido, a diferença substancial de Lênin e Mészáros sobre a discussão do período de transição, para além do desenvolvimento histórico e os desdobramentos da experiência soviética, é o construto “metabolismo social”, um novo termo que serve como fetiche para a “nova” esquerda, especialmente para os partidos políticos. Novos tempos, novas ideologias da burocracia radicalizada. Sobre o pensamento de Mészáros, Lopes coloca:

Suas teses são velhas ideias com roupagem nova, e pouco mais que isso. Usa termos luckasianos, do velho Lukács, para reproduzir um neoleninismo que, no fundo, não rompe com a burocracia (que ele evita discutir profundamente) e o Estado, em seu texto sobre o problema da transição na Rússia (em *Para Além do Capital*), não faz mais que reproduzir um novo discurso leninista para isentar o bolchevismo do processo de burocratização. É o novo ídolo-fetichismo da pseudoesquerda, o salvador da pátria dos leninistas, e sua nova terminologia de nada acrescenta ao saber humano. O que há de importante nessa terminologia do "metabolismo social do capital"? Absolutamente nada, a não ser um novo fetichismo do capital, que deixou de ser relação social para ser fetichismo de intelectual (LOPES, 2008, p. 24).

A nível nacional, não há muita criatividade ou aprofundamentos das teses de Lênin. No entanto, no bojo da constituição do Partido Comunista Brasileiro, começa a surgir a ideia do “etapismo”, uma variante de inspiração stalinista (derivada do leninismo) acerca de um período de transição no Brasil. A ideia central desta abordagem está ancorada numa visão evolucionista da história e das transformações tanto da sociedade no geral quanto dos modos de produção em específico, que surgem não no Brasil, mas nas diretrizes do VI Congresso do *Komintern* Soviético (III Internacional) e adaptado pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (REZENDE, 2008). O VI Congresso da III Internacional, em 1928, colocava que a revolução deveria ser feita a partir de etapas pré-estabelecidas de acordo com a classificação de cada país em seu desenvolvimento histórico. Por esse ângulo, existiam os blocos de países com alto e médio desenvolvimento e os países coloniais e semicoloniais.

O Brasil, devido ao caráter subordinado do seu capitalismo, estava entre os países coloniais e semicoloniais, de acordo com esses ideólogos. Era necessário, portanto, fazer uma revolução “democrático-burguesa” no país, já que ainda existiam resquícios “feudais” na “economia” brasileira e a luta se fundamentaria em uma libertação e independência nacional. É por isso que o Partido Comunista Brasileiro, durante várias décadas, irá convocar uma aliança com a burguesia: primeiro seria imprescindível acabar com o “feudalismo” no Brasil, impulsionando o desenvolvimento capitalista no país; e só depois poderia se pensar em uma transição para o socialismo – cuja realização necessitaria conquistar a “hegemonia do proletariado” na fase anterior, agrária e anti-imperialista (CARONE, 1982).

Essa ideia de período de transição no Brasil só cairá por terra muitas décadas depois de sua constituição. Constrangidos pela realidade concreta, intelectuais posteriores

ligados a partidos bolcheviques (mas também independentes) irão fazer “autocrítica” dessa abordagem, mas ainda resguardando a necessidade de um período de transição chamado socialismo.

### **O Marxismo e a luta contra o leninismo**

Para Marx, é o movimento operário, devido à sua posição de classe no interior da sociedade capitalista, que efetiva a possibilidade da transformação social, a emancipação humana. A revolução proletária, então, coloca em xeque o conjunto das relações sociais existentes, buscando transformar radicalmente suas bases e produzir uma nova sociedade. Emancipando a si mesma, emancipa igualmente a totalidade da sociedade, já que seus interesses são os mesmos expressos na natureza humana. Isto significa que esta emancipação não é fruto de ideias de indivíduos “reformadores do mundo”, mas sim um movimento real, que está posto enquanto tendência na história da humanidade (MARX, 2010). Mas como ocorre o processo revolucionário a partir do movimento operário?

Marx é bem claro em seus escritos sobre essa questão. Escreve, por exemplo, no Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT): a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. A revolução proletária só pode existir como uma possibilidade e tendência histórica a partir da autoemancipação proletária. Ou seja, não será nenhum grupo específico, partido político ou qualquer outra manifestação externa ao proletariado que irá efetivar isso por ele (ou em nome dele, como o bolchevismo o fez na Revolução Russa). É a totalidade do proletariado, autodeterminado (“classe-para-si”), que efetiva esse processo. O conjunto dos escritos de Marx estão empenhados em contribuir, via luta cultural, com a radicalização da luta proletária, tanto com a crítica desapiedada do existente (ou seja, da sociedade capitalista bem como dos seus ideólogos, etc.) quanto no aceleração do processo revolucionário via intervenção política na dinâmica da luta de classes de sua época.

Diferente de Lênin, Marx nunca colocou um período de transição entre o capitalismo e o comunismo (autogestão social, ou, nas palavras de Marx “autogoverno dos produtores”) no processo revolucionário. É a partir da luta proletária direta contra a burguesia que o processo revolucionário se efetiva, abolindo tanto o modo de produção

capitalista, bem como suas formas de regularização (o que Max chamou metaforicamente de “superestruturas”), tal como o Estado, seu principal regulador das relações sociais da sociedade civil. Isso fica explícito em alguns de seus textos que abordam esta questão de forma mais direta, tais como *O Manifesto Comunista* (MARX & ENGELS, 2010), *A Guerra Civil na França* (MARX, 2011) e *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Com a morte de Marx e a posterior hegemonia leninista, há aqueles que resistem e expressam a perspectiva revolucionária do proletariado, mesmo que de forma marginal. Bem como disse Paul Mattick: “Nada prova de maneira mais peremptória o caráter revolucionário das teorias de Marx do que a dificuldade de assegurar a sua manutenção nos períodos não revolucionários” (MATTICK, 1988, p. 23). Nesse sentido, existiram aqueles que continuaram, reforçaram e aprofundaram as teses revolucionárias de Marx e expressaram o autêntico marxismo ao longo do desenvolvimento histórico. Durante a reflexão deste trabalho, mostramos alguns desses autores, sendo alguns participantes do que ficou conhecido como “comunismo de conselhos”. O que seria o comunismo de conselhos?

Resumidamente, temos que: a) a determinação fundamental para o surgimento do comunismo de conselhos foi naturalmente o surgimento dos conselhos operários como forma de organização e luta concreta dos trabalhadores; b) compõe este processo a crítica à ideologia, estratégia e prática política dos partidos social-democrata e bolchevique, bem como dos sindicatos. Enfim, a elaboração de uma crítica às burocracias partidárias e sindicais; c) um outro aspecto é o desenvolvimento do marxismo original. Os comunistas conselhistas eram autores vinculados ao marxismo, ou seja, tinham no materialismo histórico-dialético sua perspectiva teórica de análise da realidade. Sua elaboração teórica significou a adequação e aprofundamento do marxismo às condições da luta operária das primeiras décadas do século 20 (MAIA, 2010, p. 13).

Os comunistas de conselhos colaboraram com a manutenção do caráter revolucionário do marxismo, denunciando, tanto no calor do momento dos acontecimentos da Revolução Russa e Alemã, quanto posteriormente, sistematizando e teorizando sobre os conselhos operários e fazendo a crítica ao caráter contrarrevolucionário do leninismo e seus desdobramentos (trotskismo, stalinismo, maóismo, etc.). Além do comunismo de conselhos, existiam também o comunismo antiparlamentar inglês (Sylvia Pankhurst, Guy Alfred, etc.) e o anarquismo-comunista (Daniel Guérin, etc.), etc. Com certas ambiguidades, o situacionismo (Debord, Vaneigem, etc.), no começo da segunda metade do século XX, também efetivaram uma crítica ao

leninismo e outras tendências menos conhecidas. Contemporaneamente (a partir da década de 80), o marxismo autogestionário vem resgatando a tradição revolucionária do marxismo:

A ascensão do neoliberalismo e derrocada do capitalismo estatal, a partir da emergência do regime de acumulação integral, enfraqueceram bastante as duas principais formas de deformação do marxismo, o pseudomarxismo socialdemocrata e bolchevique. Isso abriu espaço para retomada, mesmo que parcial e ambígua, muitas vezes de forma dogmática ou eclética, do marxismo autêntico. É nesse momento que começa a emergir uma nova fase do marxismo autêntico, que retoma as contribuições fundamentais de Marx, do comunismo de conselhos e outros intelectuais, grupos, militantes, que foram marginalizados, colocando como centro da teoria marxista o projeto autogestionário. Assim, o marxismo autogestionário é a forma atual e contemporânea de manifestação do marxismo autêntico. Sem dúvida, o marxismo sempre foi autogestionário, apesar das falsificações ideológicas que tentaram lhe retirar esse caráter. Contudo, a síntese atual do marxismo com a retomada desse caráter autogestionário, com sua atualização e foco no projeto de sociedade futura para lhe distinguir de todas as deformações do marxismo que buscam, quando buscam, apenas a reforma do capitalismo (MARXISMO E AUTOGESTÃO, 2014, p. 4-5).

### **Considerações finais**

Como ficou evidente a partir do itinerário de nosso texto, o posicionamento de Marx (e, posteriormente do marxismo) não é só diferente do de Lênin, mas expressamente antagônico. Ambos partem de premissas e perspectivas de classe distintas.

Lênin representa a classe burocrática; a tentativa dessa classe de se autonomizar radicalizando a sua prática, seu modo de vida (a atividade de direção) e seu interesse de classe fundamental: aumentar o número e a necessidade da burocracia na totalidade da sociedade (burocratização). O leninismo, por consequência, representa uma ideologia de um determinado setor da burocracia (sobretudo as frações inferiores). É expressão da tentativa de modernização estatizante do capitalismo. Para conseguir tal autonomia, com objetivo de tomar o poder do Estado, o leninismo fala em nome do proletariado, buscando dirigi-lo e dominá-lo; as experiências históricas do começo do Século XX (Revoluções Russa, Alemã, Húngara, etc.) são sintomáticas, demonstrando como esse processo pode ocorrer.

Nesse sentido, o movimento operário, ao longo do seu processo de libertação e transformação da totalidade das relações sociais capitalistas, se defronta não só com a burguesia, mas também com suas classes auxiliares, sendo a burocracia uma de suas

fundamentais. O combate ao leninismo é um combate necessário. É imprescindível intensificar a luta cultural teórica que efetiva esse combate. Apesar de cada vez mais o leninismo perder a força que tivera no século XX, é necessário enterrá-lo de vez, posto que muitas vezes se confunde o marxismo com o leninismo ainda hoje, criando uma confusão que favorece a própria manutenção da sociedade capitalista.

O marxismo, enquanto expressão teórica revolucionária do proletariado, efetiva a crítica desapiedada do existente. O existente é a regularidade, a reprodução da exploração e dominação, o fermento da miséria e da negação da essência humana. O leninismo, nesse sentido, precisa ser igualmente tratado de forma desapiedada, sem concessões. A luta pela Autogestão Social (ou seja, pelo autogoverno dos produtores que Marx dizia) é uma luta também contra o leninismo e quaisquer ideologias que busquem controlar e dominar a potencialidade revolucionária do movimento operário.

### Referências

ADAM, David. *Marx e o Estado*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 72-95. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9adam3>. Acessado em: 29/10/2017.

BARROT, Jean. *O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 01, jan./jul. 2014, p. 104-114. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

BRINTON, Maurice. *A Revolução Russa*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014.

CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. *Corpo e Alma do Brasil - O P.C.B. (1922-1943)*. Vol. I. São Paulo: Difel, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *Apresentação*. In: LÊNIN, Vladímir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

GUILLAUME, Pierre. *Ideologia e luta de classes*. Disponível em:

<https://comunismo.wordpress.com/ideologia-e-luta-declasses/>. Acesso em: 29/10/2017.

GORTER, Herman. *Carta aberta ao companheiro Lênin (1920)*. In: TRAGTENBERG (org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do Autonomismo*. In: *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 06-15. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

KAUTSKY, Karl. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, s/d.

KONDER, Leandro. *As Ideias de Marx no Brasil*. In: KONDER, Leandro. *O Marxismo na Batalha das Ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

LÊNIN, Vladímír Ilítch. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LOPES, Marcos. *A Concepção Neoleninista de Socialismo em István Mészáros*. *Revista Enfrentamento*, ano 2, num. 04. Jan./Jun. 2008.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Mina. Virtualbooks, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Crítica à filosofia do direito de Hegel (Introdução)*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARXISMO E AUTOGESTÃO. *Por um Marxismo Autogestionário*. *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, Num. 02, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/1edit2/107>>. Acesso em: 10/11/2017.

MATTICK, Paul. *Karl Kaustsky: de Marx e Hitler*. In: *Karl Kaustksy e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

\_\_\_\_\_. *Lenine e a sua lenda*. *Revista Espaço Livre*, v. 11, n. 22, jul./dez. 2016, p. 81-92. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/570>. Acesso em: 29/10/2017.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *Revolução social e divisão do trabalho*. In: MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

NAKAMURA, E. Z. *Contribuição para a crítica da concepção de István Mészáros sobre a “ditadura do proletariado”*, 2009. Disponível em: [http://memoriaoperaria.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=52&Itemid=2](http://memoriaoperaria.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=52&Itemid=2). Acesso em: 28/10/2017.

PANKHURST, Sylvia. *A Rússia Soviética que vi em 1920: o Congresso no Kremlin [1920]*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/08/114798>. Acesso em: 29/10/2017.

PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

PFEMPERT, Franz. *A Doença Infantil de Lenine e a Terceira Internacional*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/a-doenca-infantil-de-lenine/>. Acesso em: 29/10/2017.

REZENDE, Claudinei C. *O Marxismo Brasileiro: a vocação stalinista da teoria da transição*. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, economia e educação no Sec.XXI, 2008, Marília. Anais do VI Seminário do Trabalho. Marília: Unesp, 2008. v. u. p. 1-14.

RUHLE, Otto. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo [1939]*. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/luta-contra-o-fascismo-comeca-pela-luta.html>. Acesso em: 29/10/2017.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.

VIANA, Nildo. *A Essência do Marxismo*. Revista Marxismo e Autogestão, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 24-37. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

\_\_\_\_\_. *Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente*. Florianópolis: Bookess, 2016.

\_\_\_\_\_. *O que é Marxismo?* Rio de Janeiro: Elo, 2008.

WAGNER, Helmut. *Teses sobre o bolchevismo [1933]*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/teses-sobre-obolchevismo/>. Acesso em: 29/10/2017.

WRIGHT, Chris. *Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin*. Revista Marxismo e Autogestão, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 176-192. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9ewright3>. Acessado em: 29/10/2017.